

Uma proposta para o fim da pobreza

José Márcio Camargo diz que é o pai "Bolsa-Escola" e defende que parte dos usuários do SUS pague o atendimento

SÔNIA ARARIPE

Não são poucas as receitas apresentadas nos últimos tempos por economistas e políticos de diferentes correntes para acabar com a pobreza. O programa de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo, é a favor de cobrar um percentual sobre as contas dos restaurantes caros. O professor Marcelo Medeiros, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), sugere que quem ganha acima de R\$ 8.500 é rico e deveria dar sua contribuição para erradicar a pobreza. E o professor Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas, em outro trabalho, diz que cada brasileiro deveria contribuir com R\$ 14,04 para acabar com o drama de quem tem fome no país.

O professor José Márcio Camargo, da PUC-Rio, como estudioso do assunto, acompanhou os debates. E sabe que, atualmente, 23% da população brasileira vive com R\$ 2 por dia, ou até menos. Um contingente de 35 milhões de brasileiros. O economista avalia, no entanto, que a discussão é um pouco mais profunda do que - como Robin Hood - achar fórmulas de tirar dos ricos e dar aos pobres. "O problema da pobreza no Brasil é uma questão de saber como fazer o dinheiro realmente chegar para os mais pobres", explica. Segundo ele, o governo gasta quase 20% do PIB em programas sociais todos os anos, que são apropriados pelos 40% mais ricos.

Classe média - Camargo sabe que é difícil mexer com a classe média, que criou seus filhos para escolas públicas ou faculdades gratuitas porque está empobrecida. Mas sugere que quem pode pague a escola dos filhos. E o mesmo seja feito com quem usa o Sistema Único de Saúde, mas te-

ria condições de desembolsar algo pelo tratamento. "As políticas sociais não podem servir para todos. Elas precisam ser dirigidas realmente para os mais pobres", diz.

Neste sentido, ele enaltece o programa Bolsa-Escola, do Ministério da Educação. E não gosta quando alguém se refere ao programa como uma idéia do PT. "Eu sou o pai do Bolsa-Escola", assegura. Naqueles tempos, conta, ele flertava com o partido e depois de apresentar a idéia, representantes do PT resolveram adotá-la. Os R\$ 15 pagos pelo Bolsa-Escola por criança matriculada em escola pública, até o limite de R\$ 45 por família, estão dando resultados concretos. "O efeito, dependendo da família, é impressionante. Há um aumento da renda média de 10% a 15% e, nos casos dos muito pobres, pode chegar a 800%", revela Camargo.

Isto não deve ser interpretado, no entanto, como campanha aberta pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Camargo gosta do ministro como candidato à Presidência da República, mas se dependesse apenas de seu voto, outro ministro, o da Fazenda, Pedro Malan, já estaria no Planalto. "Ele é o pai da estabilidade econômica, tem capacidade de solucionar crises, é honesto e ético", avalia o professor da PUC. E assegura que isso não tem ligação com a amizade dos tempos do pilotis (pátio) da faculdade, quando Malan era professor na PUC.

Fácil - "Acho que ele é bom na televisão e será um nome fácil de ser trabalhado. Só precisa convencer o próprio", brinca o economista. Sobre os outros candidatos, Camargo avalia que ainda não surgiu um nome com gás para ganhar. "Por enquanto, acho que, entre os candidatos que já se apresentaram oficial-

mente, ainda não há um nome forte para ganhar", avalia.

Sobre o PT, o economista diz que estudou com atenção o programa de governo divulgado e lamenta que, no geral, seja "ingênuo, pouco confiável, com idéias da década de 60". Ele cita o caso da área social, que defende "o assistencialismo", com ações iguais para todos os brasileiros.

Juros - "O PT precisa entender que a classe média não precisa de ajuda". Camargo considera ainda mais preocupante a idéia do partido de sustentabilidade fiscal, mas que limita um percentual do orçamento para gasto com juros. "O que eles vão fazer se os juros ultrapassarem esse percentual. Dar calote? Capitalizar para o futuro? Em que bases?", questiona. O professor da PUC acha importantíssimo discutir a pobreza e incentivar os trabalhadores, que hoje estão na informalidade, a entrarem para a economia formal. Camargo admite os dois temas não serão resolvidos da noite para o dia com soluções miraculosas.

O economista, que gosta de polêmicas, considera importante, no entanto, colocar o dedo na ferida e enfrentar problemas graves de frente. "Do jeito que é hoje a legislação trabalhista e a Justiça do Trabalho, o empresário é estimulado a demitir ou a fazer acordo na Justiça do Trabalho, e o trabalhador quer ser demitido para receber a multa e tudo o que tem direito", diz. Para mudar este quadro, Camargo sugere que os acordos entre trabalhadores e empregados possam ser negociados com o apoio do sindicato. E reforça, no rol da fogueira de polêmicas, que será importantíssimo aprovar a contribuição previdenciária sobre os inativos do setor público. "Os trabalhadores privados já pagam. Por que os funcionários públicos não vão pagar?".



O professor José Márcio Camargo diz que Pedro Malan é o melhor candidato à presidência

País não terá recessão

Para José Márcio Camargo a economia brasileira passa por um processo delicado, mas não precisará, necessariamente, atravessar uma forte recessão. O professor do Departamento de Economia da PUC-Rio acha muito difícil que o crescimento da economia para os próximos cinco ou seis anos chegue a 4,5% como chegou a ser esperado pelo governo e pelo meio acadêmico, no ano passado.

"O quadro hoje é outro. Temos a crise de energia, que limita o crescimento da economia e também toda a instabilidade internacional", lembra. Isso não significa, no entanto, frisa Camargo, que o fim do mundo está próximo e que a economia brasileira enfrentará uma recessão. "O acordo com o Fundo Monetário Internacional foi muito positivo e, conforme o desenrolar do qua-

dro internacional, ainda é possível esperar algum crescimento em 2002."

Crescimento - Quando fala em algum crescimento do PIB, Camargo pensa em um número entre 3% a 3,5% para o próximo ano. Quanto aos anos seguintes, ele lembra que dependerá do próximo presidente da República e também do desenrolar da crise internacional.

Se o cenário doméstico não é tão assustador, Camargo está bastante pessimista em relação à Argentina. "É um caso de paciente terminal. Não tem saída". Ele avalia que os preços relativos "estão muito caros" na Argentina. "Ninguém quer investir na Argentina hoje", lembra. Por conta disto, considera muito difícil que o Banco Central reduza os juros já na reunião do Comitê de Política

Monetária que será realizada amanhã e quarta-feira.

"A queda do PIB no segundo trimestre mostrou que foi aberto o espaço para uma redução dos juros, mas acho complicada que possa ser feita logo agora", opina. Em relação ao dólar, Camargo acredita que a cotação deverá continuar variando em torno de R\$ 2,50. "É alto. Mas reflete o desconforto dos investidores internacionais diante do nosso histórico. Já demos calotes outras vezes, no passado. E eles não se esquecem disto", lembra.

Sobre o cenário internacional, ele prevê que a economia americana possa voltar a dar sinais de ativação antes do fim do ano, puxando o resto do mundo. A economia européia é muito fechada, lembra Camargo, e no caso do Japão, a expectativa é que o crescimento não volte tão cedo. (S.A.)